

SOBRE O PROBLEMA METODOLÓGICO EM ARENDT: “PENSAR O QUE ESTAMOS FAZENDO”

Methodological problem in arendt: "thinking what we are doing"

Francisco Jameli Oliveira Reinaldo¹

Resumo: O presente trabalho tece considerações sobre o problema metodológico que o pensamento político de Arendt confronta. Procuramos destacar que, embora seja errôneo atribuir a Arendt a posse de um método, no sentido tradicional do termo, podemos falar de um exercício de pensamento expresso no verbo “compreender” e no seu correlato “pensar o que estamos fazendo”. Iremos explorar a riqueza semântica que o compreender adquire nas reflexões da autora, apresentando o termo primeiramente como exercício de pensamento e, em seguida, como metáfora filosófica do espectador, procurando distinguir a compreensão do filósofo-espectador da compreensão do homem de ação, traçando os limites entre o filósofo e o político. Veremos que a recusa de Arendt a refletir sobre um método relaciona-se com a recusa a fazer de si um critério normativo para o pensamento alheio. Se Arendt ressalta a importância de pensar o que estamos fazendo, não fornece respostas prontas para este dilema, mas reserva ao interlocutor a tarefa de pensar por si mesmo e chegar a suas conclusões particulares.

Palavras-chave: Pensar. Compreender. Metodologia.

Abstract: This paper deals with the methodological problem that Arendt's political thinking confronts. We try to emphasize that, although it is erroneous to attribute to Arendt the possession of a method, in the traditional sense of the term, we can speak of an exercise of thought expressed in the verb "to understand" and in its correlate "to think what we are doing". We will explore the semantic richness that the verb "to understand" acquires in the author's reflections, presenting the term first as an exercise of thought and soon afterwards as a spectator's philosophical metaphor, trying to distinguish the understanding of the philosopher-spectator comprehension from the understanding of the man of action, tracing the boundaries between the philosopher and the politician. We shall see that Arendt's refusal to reflect on a method is related to her refusal to make herself a normative criterion to the thought of others. If Arendt stresses the importance of thinking about what we are doing, she does not provide ready answers to its dilemma, but reserves to the interlocutor the task of thinking for himself and to reach his particular conclusions.

Key words: Think. Understand. Methodology.

Introdução

Ao tomarmos como objeto de investigação o mote metodológico em Arendt precisamos, antes, esclarecer que a metodologia a que fazemos referência não foi um tema sobre o qual Arendt deliberadamente refletiu. Dentre as razões que justificam esta ausência de interesse, a primeira delas é que, em certa medida, é errôneo supor que em Arendt havia um método, no sentido tradicional do termo. Dessa forma, há um risco de ao vincular Arendt a um método assumirmos implicações insustentáveis no pensamento da autora.

Vale, de antemão, a ressalva de que usamos a expressão, no entanto, não tanto para caracterizar uma corrente de pensamento segundo a qual fosse possível vincular Arendt irrestritamente, mas porque a expressão denota um recorte investigativo, um interesse de pesquisa claro e um *modus operandi*. Temos, nela, não tanto método claramente delimitado, mas um *exercício de pensamento*, este, sim, pontual. Em todos os seus escritos é possível perceber que Arendt busca iluminar, pela reflexão, o que estamos fazendo. É sobre as peculiaridades deste exercício de pensamento, manifesto na necessidade apresentada pela autora de pensar o que estamos fazendo, que pretendemos discutir.

Elegemos como referências principais as obras *A condição humana* (2014), porque nela Arendt põe, desde o início, em que apresenta o objetivo da obra, claramente em evidência a preocupação por “pensar o que estamos fazendo” e *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999), em que atesta a urgência de “compreender” diante da tentativa sistemática do totalitarismo de extinguir nossa capacidade de pensar.

Arendt faz uso de um exercício de pensamento muito característico, porque associa a reflexão política com o próprio evento que a propicia. Em outras palavras, não é possível dissociar a reflexão da autora da vivência

¹ Universidade Federal do Ceará. E-mail: dulittle@hotmail.com

concreta que a motivou. Antes, é preciso situar a crítica de Arendt à filosofia política tradicional pelo modo como esta última se distanciou dos eventos políticos para construir grandes utopias, na expressão dela, verdadeiras “torres de marfim” erigidas sem considerar o elemento trágico, imprevisível e incontrolável, da ação. Foram os fenômenos políticos do século passado, ocasionalmente catastróficos, que provocaram na autora a necessidade de compreensão.

A discussão que se segue explora a riqueza semântica do “compreender” e o correlato “pensar o que estamos fazendo” a fim de caracterizar uma possível consideração metodológica ou, por outras palavras, o exercício de pensamento de Arendt.

A compreensão como *exercício de pensamento*

Soa, como uma tônica fundamental ao longo das obras de Arendt, o desejo de compreender que se traduz, sobremaneira, na expressão, posta no prefácio de *A condição humana*, “pensar o que estamos fazendo”². Nesse sentido, esclarece Aguiar:

Se for verdade, como acredita Heidegger, que todo grande pensador passa a vida toda pensando um único pensamento, poderíamos dizer que todo pensamento de Arendt é motivado, no fundo, pela tentativa de decifrar, *compreender* os massacres administrativos, como foi possível o aparecimento no interior da cultura ocidental desse tipo de realidade e qual o antídoto para isso. Nesse aspecto, poderíamos dizer que Arendt é uma narradora do mundo contemporâneo. Em todos os seus escritos é possível perceber que ela está perseguindo uma luz que ilumine *o que o homem está fazendo na atualidade*, o que pretende com as suas instituições e seus modos de vida³.

O enfrentamento do problema totalitário, dos massacres administrativos dos campos de concentração, caro para a política do século vinte, atravessa as vivências da autora. Judia-alemã que teve que abandonar seu país de origem para fugir do terror da dominação totalitária, Arendt viveu dezoito anos sem nacionalidade, fato que marcaria profundamente as questões teóricas que posteriormente enfrentaria. Dessa forma, em Arendt, a aspiração por compreender não pode ser entendida como mera passividade, como satisfação intelectual. Muito além de uma questão de erudição, quase sempre, compreender as perplexidades políticas do tempo é o passo anterior e necessário à resistência.

Entendemos, neste sentido, que compreender é o conceito-chave para pensarmos o problema metodológico de Arendt, isto é, o interesse de refletir sobre as questões políticas, que se confundem com as questões pessoais da autora, parte dessa necessidade de compreensão. Sobre o problema metodológico, é a própria Arendt que enfatiza a importância de compreender, quando diz, no prefácio de *A condição humana* (2014), que:

Este livro não oferece uma resposta a essas preocupações e perplexidades. Tais respostas são dadas diariamente, e elas concernem à política prática e estão sujeitas ao acordo de muitos; elas jamais poderiam se basear em considerações teóricas ou na opinião de uma só pessoa, como se lidássemos aqui com problemas para os quais só existe uma solução possível. [...] O que eu proponho, portanto, é muito simples: trata-se apenas de pensar o que estamos fazendo.⁴

Ao apresentar o objetivo da obra, ela fornece uma valiosa chave de leitura de seu *modus philosophandi*. Por vezes, a postura da filosofia política tradicional expressa uma expectativa de “fazer o que estamos pensando”, quer

² Esta afirmação, que segundo ela mesma expressa seu objetivo ao escrever *A condição humana*, sofre influência, assim pensamos, da metodologia fenomenológica da autora, herdada de Husserl e de seu sucessor e professor Martin Heidegger. Não se trata de construir grandes sistemas que respondem a todos os problemas da ação. É preciso, como nos ensinou Husserl, “voltar às próprias coisas”. Isso significa que todas as questões especulativas sobre a origem, o destino histórico ou mesmo a realidade das coisas no mundo poderiam ser colocadas de lado ou ‘entre parênteses’ [...] (YOUNG-BRUEL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997, p. 61).

³ AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia, Política e Ética em Hannah Arendt*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, p. 22. Na mesma visão, Adeodato também lembra, citando a própria Arendt numa carta a Richard Bernstein: “eu às vezes penso”, escreveu Arendt a um amigo, ‘que todos nós temos de fato apenas um pensamento em nossas vidas e que tudo o que então fazemos são elaborações ou variações sobre um tema’’. (ADEODATO, João Maurício Leitão. *O problema da legitimidade do direito: no rastro do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 94).

⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. — 12ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014, p. 6.

dizer, traspor para o espaço político as determinações de um pensamento privilegiado, pretensamente capaz de solucionar os problemas cotidianos da *polis*. No entanto, há o forte risco de tal postura desembocar em defesa de tiranias, visto que a pluralidade de vozes, por vezes dissonante, é subsumida na altivez de uma voz e de um porta-voz esclarecido da verdade.

Arendt altera a ordem dos termos indicando que não cabe ao filósofo, pretendo porta-voz privilegiado da verdade, o papel de oráculo dos assuntos políticos. Ela, em nenhuma ocasião, pretende apresentar-se como um biótipo de pensamento. Daí porque não se pode dizer que, nela, há um método enquanto critério normativo. Se oferece ao público sua reflexão particular sobre o que estamos fazendo, simultaneamente despede-o sem resposta prontas; tais respostas, diz ela, são dadas no cotidiano da *polis* e são sujeitas ao assentimento de muitos, jamais à tirania de um.

A reflexão sobre o que estamos fazendo, singularizada na visão da autora, deve ser enriquecida com outras perspectivas segundo as quais “o que estamos fazendo” adquire significado, pois quanto maior a quantidade de opiniões emitidas sobre determinado assunto, mais realidade de sentido ele adquire. Esta reflexão revela, ao mesmo tempo, uma necessidade de compreensão e um desejo de que outros compreendam, não o mesmo que ela, sequer tendo suas reflexões como suporte, mas que pensem por si mesmos. O objetivo imediato de Arendt, ao escrever, não é influenciar com suas ideias, mas, tão somente, materializar e dar forma a um pensamento. Nas palavras da autora:

Para mim o importante é compreender. Para mim, escrever é uma questão de procurar essa compreensão, parte do processo de compreender... Algumas coisas são formuladas. Se eu tivesse memória suficiente para reter realmente tudo o que penso, duvido muito que tivesse escrito qualquer coisa — conheço minha preguiça. Para mim, o importante é o processo de pensar. Se consigo acabar de pensar alguma coisa, pessoalmente fico muito satisfeita. Se então consigo expressar de modo razoável meu processo de pensamento por escrito, isso também me deixa satisfeita.

Você pergunta sobre o efeito de meu trabalho nos outros. Se me permite ser irônica, essa é uma pergunta masculina. Os homens sempre querem ser influentes demais, mas eu considero isso um tanto superficial. Se me imagino tendo influência? Não. Eu quero é compreender. E se os outros compreendem — no mesmo sentido em que compreendi —, isso me dá uma sensação de satisfação, é como se sentir em casa.⁵

Arendt recusa-se, definitivamente, a assumir a posição de tutora. Pelo contrário, enfatiza a importância do pensar livre, não ancorado em amarras ideológicas dos grandes sistemas de pensamento, “sem corrimão”, na expressão de Lessing. Nesta perspectiva, a resposta bem humorada de Arendt à pergunta de Gaus a ela formulada a respeito da influência de seus escritos, que pode parecer pouco séria, é, na verdade, reveladora. Materializar um pensamento em compreensão pode até conduzir os outros a compreenderem no mesmo sentido que ela, mas, para além da influência, mais importante é a reflexão que a emissora produz no ouvinte, postura que recorda a maiêutica provocativa de Sócrates, que, se não conduz à luz nem indica o caminho, incita à reflexão.

A importância de compreender destacada acima assume significado decisivo no caso Eichmann, o cidadão modelo do totalitarismo, que foi coautor do extermínio não por perversão ou malignidade, mas simplesmente porque era incapaz de alcançar tal compreensão. Seguiremos explorando a riqueza semântica do termo “compreender” à luz do caso Eichmann a fim de caracterizar melhor a reflexão sobre o elemento metodológico em Arendt.

Ao testemunhar o julgamento de Adolf Eichmann, o burocrata responsável pelo transporte de milhares de judeus para as fábricas de cadáveres dos campos de concentração, mas que se sentia eximido juridicamente da culpa

⁵ *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. Trad. Denise Bottman; organização, revisão e notas Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 33.

porque “apenas cumpria ordens”, Arendt constatou que o mal totalitário fora possível graças a esse vazio de pensamento.

Eichmann figura como a versão humana do cão de Pavlov, um animal totalmente condicionado, que era treinado para salivar mesmo sem sentir fome; degenerado, não por sua natureza perversa, mas por obedecer irrefletidamente a estímulos. Sob estas condições, é sutil a diferença entre o estímulo à salivação do cão, tão irrefletida a ponto de ser provocada pelo alimento ou por estímulos a ele associados, como a presença do experimentador ou o acendimento da lâmpada ou, de outra maneira, no caso de Eichmann, por um bom emprego, uma promoção, ou o prestígio dos pares pela eficiência na logística de transporte dos judeus, pouco importando se tal articulação logística tenha otimizado o extermínio de milhares de inocentes.

Sentado numa cabine de vidro, num tribunal em Jerusalém, e prestes a ser condenado à morte, Arendt constata que o biótipo do cidadão totalitário é precisamente, não um perverso, mas um ser humano normal, mediano, que se tornou peça fundamental na engrenagem do extermínio simplesmente por não pensar no que estava fazendo. Daí em diante, após desvelada “a temível lição sobre a banalidade do mal”, é assim que a autora encerra o livro dedicado ao julgamento de *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999), as categorias do espírito, o pensar, o querer e o julgar passarão a fazer parte da preocupação política da autora de maneira mais incisiva.

Frente ao dilema moral expresso na recusa de Eichmann a pensar, é possível atinar o julgar, matiz da compreensão, como conceito político fundamental. A compreensão como forma de ajuizamento do mundo é condição necessária — mas não suficiente — para engendrar o homem de ação. Em *Origens do totalitarismo* (2012), quando sequer cicatrizaram as feridas do terror totalitário, Arendt chama a atenção para a disposição política do juízo, quando explica que compreender significa

examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso, como se tudo o que de fato aconteceu não pudesse ter acontecido de outra forma. Compreender significa, em suma, encarar a realidade espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido.⁶

Daí porque este exercício de pensamento se distancia da pretensa imparcialidade metodológica e do mero exercício de erudição. Confrontada pela realidade do horror, Arendt situa a compreensão da realidade como requisito para resistir a ela.

Sobre a ambivalência da compreensão: entre o espectador e o homem de ação

Refletindo sobre a polissemia de sentidos da compreensão em Arendt, Aguiar⁷ caracteriza três aspectos do termo. O primeiro seria a dimensão de abertura que o *compreender* propicia, o pensar na posição do outro, dimensão que sinaliza para a interpretação de Arendt da terceira crítica de Kant, a crítica da faculdade do juízo. Conforme a interpretação de Aguiar, sem essa abertura, *mentalidade alargada*, seria impossível agir em concerto, isto é, agir politicamente⁸. Esse viés compreensivo Arendt denomina, seguindo Kant, *senso comum*, o sexto e superior sentido.

A segunda, seria a dimensão reconciliadora da compreensão, o perdão, que advém do próprio entendimento dos limites da condição humana, a saber, que não conseguimos controlar as variáveis implicadas na ação,

⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 21; grifo nosso.

⁷ AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt*. Fortaleza: EUFC, 2001, p. 153, 154.

⁸ Vale dizer, agir politicamente não passa de um truismo em Arendt, visto que a ação é, nela mesma, ação em conjunto; em *o que é política?* (2013), Arendt destaca que a ação sempre pressupõe a pluralidade, porque se todos fôssemos iguais, reprodução do mesmo, a ação seria um luxo desnecessário, tendo em vista que nada de novo seria acrescentado ao mundo.

e que, a rigor, segundo Arendt, aos homens de ação, é sempre preciso perdoar-lhes, porque “eles não sabem o que fazem”.

O perdoar como aspecto da compreensão a que Arendt faz referência não significa desculpar todos os males no campo da política. O totalitarismo com seu aparato de produção de cadáveres e a instituição da categoria do inimigo objetivo, um grupo ou classe que é visto como descartável sem qualquer consideração à ação que desempenham, como os judeus no nazismo, é um fenômeno imperdoável. O perdão representa uma sensibilidade às características do agir, imprevisibilidade e irreversibilidade: se alguma coisa frustra o objetivo de quem iniciou uma ação, isso não é motivo para extingui-la ou tentar controlá-la, mas de repensar os princípios norteadores de tal ato.

Os dois termos acima têm em comum o vínculo com a política, visto que o primeiro, a compreensão do agente político, é pressuposto para a ação, a crença de que só é possível agir porque há outros que compartilham conosco o mundo e se dispõem a assumir responsabilidade por ele, e o segundo, o perdão, é condição para a continuidade da ação mesmo diante dos fracassos inevitáveis, em vista da própria natureza do agir. Sem o perdão e a promessa reconciliadora, a diáde que abranda a tragicidade da ação⁹, o terror paralisaria qualquer iniciativa.

Há ainda um terceiro importante significado para a compreensão: a metáfora do *espectador*. Se as duas definições acima apelam para o caráter político do termo, que sinaliza para o problema político arendtiano do enfrentamento totalitário, o terceiro sentido delimita sua natureza metodológica, como exercício de pensamento. Essa caracterização metodológica, numa autora que explora em seus escritos uma variedade de temas, desde ensaios jornalísticos a textos filosóficos, teológicos, historiográficos, biografias, teoria política e crítica literária¹⁰, é, não obstante, espinhosa, não apenas pela variedade de temas, mas porque não é possível acomodar Arendt facilmente nas grandes escolas de pensamento do século 20, o que atenuaria a dificuldade.

Ao lermos seus escritos nos deparamos com o mesmo incômodo de Hans Morgenthau, sem a feliz oportunidade de poder pessoalmente solicitar esclarecimentos à Arendt. Em um seminário dedicado ao pensamento de Arendt, em 1972, ele teve oportunidade de esclarecer — ou permanecer com — sua dúvida, no questionamento que se segue: “O que é você? É uma conservadora? Uma liberal? Qual sua posição dentro das possibilidades contemporâneas?”¹¹ A resposta da autora aponta mais para a dificuldade do que para a resolução do problema. Diz Arendt:

Não sei. Realmente não sei e nunca soube. Suponho que nunca tive uma posição como essa. Você sabe que a esquerda pensa que sou conservadora e os conservadores algumas vezes pensam que sou de esquerda, uma dissidente ou Deus sabe o quê. Devo dizer que não me importo. Não penso que as verdadeiras questões deste século recebam qualquer tipo de iluminação por esse tipo de coisa¹².

Em outras ocasiões, Arendt mesma confessa a dificuldade de uma descrição metodológica. No prefácio à biografia de Rahel Varnhagen, ela justifica que “sempre há certo incômodo para um autor ao falar de seu livro, mesmo quando escrito há meia vida”¹³.

⁹ A compreensão configurada no perdão e na promessa são remédios políticos fundamentais para esse abrandamento da tragicidade inerente à própria ação. Ambos preservam o princípio de igualdade da *polis*, porque não recorrem a um princípio de soberania, exterior a ela, mas ao próprio entendimento dos limites de nossa condição humana, a saber, que não é possível prever nem controlar, em absoluto, as ações humanas.

¹⁰ Marieke Borren (2010) explora em sua tese o *amor mundi* sob esse aspecto de associação do método arendtiano, integrando as várias dimensões de seus escritos. Cf. BORREN, Marieke. *Amor mundi: Hannah Arendt's political phenomenology of world*. Faculty of Humanities. Amsterdam, 2010.

¹¹ ARENDT, Hannah. “*Sobre Hannah Arendt*”. Trad. de Adriano Correia. *Inquietude*. Goiânia, v. 1, n. 2, ago-dez 2010, p. 156.

¹² *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. Trad. Denise Bottman; organização, revisão e notas Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 157.

¹³ ARENDT, Hannah. *Rahel Varnhagen: judia alemã na época do romantismo*. Trad. Antônio Trânsito e Gernot Kludasch. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 11.

O fato é que o método foi uma questão que Arendt procurou evitar, se não pela variedade de temas aludidos acima, ou talvez porque, muito de acordo com sua mentalidade política, que carece do olhar do outro, implícita na citação anterior, ela levasse em conta que falar de si mesma, produzir para si uma aparência, é o mesmo que saltar à própria sombra, — em suas palavras: “você sabe que não reflito muito sobre o que estou fazendo. Acho uma perda de tempo. Em todo caso, nunca se conhece a si próprio, de modo que isso é completamente inútil”¹⁴ —, também porque ela, como o Zarathustra nietzschiano, que despede seus discípulos porque “paga-se mal a um mestre, quando se continua sempre a ser apenas aluno”¹⁵ jamais “pretendeu fazer de seu pensamento um critério normativo para o pensamento alheio”¹⁶ ou, ainda, como dissemos, porque não houvesse na tradição um método a que Arendt pudesse firmemente se apoiar.

Devemos acrescentar que a resposta acima, que a princípio pode soar imodesta, é, na verdade, despreziosa. Não se trata de ímpetos de vaidade e originalidade gratuitas, mas uma exigência do tempo. Na própria fala, Arendt justifica que as questões do século 20 não são iluminadas com as velhas categorias, tendo em vista que não há uma via segura, porque “o fio de Ariadne se perdeu”, ou, citando Tocqueville, porque “o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro e a mente do homem vagueia nas trevas”¹⁷. Em tempos sombrios, a única maneira de encarar as perplexidades do tempo, com a quebra da tradição, era pensar como ninguém havia pensado antes; por isso a dificuldade de enquadramento do pensamento da autora às grandes tradições de pensamento.

Com a quebra da tradição, o declínio das meta-narrativas prefiguradas na proclamação robusta de Nietzsche da morte de Deus, Arendt propõe a metáfora do “pensar sem corrimão”¹⁸. Esse pensar, em outros termos, é sinônimo de julgar, de compreender. Ao contrário da associação que costumamos fazer do julgamento como terminologia jurídica, como acomodação de um evento a uma regra prefixada, em Arendt, a necessidade de julgar pode surgir da confrontação com o novo, do qual as categorias antigas não dão conta de explicar¹⁹, como o juízo kantiano de gosto. Julgar sem parâmetros é equivalente, dessa forma, a pensar sem corrimão.

O que resta para apoiar o pensamento da autora é a própria novidade da experiência. O pensamento arendtiano é nela forjado, daí porque, segundo Young-Bruehl, “sua vida reflete tanto quanto sua obra procurou compreendê-la”²⁰. Em outras palavras, não é possível compreender as inquietações da autora sem a demarcação do fato de que Arendt era judia-alemã, vivendo na Alemanha nazista e que, de certa forma, o drama político do século 20, o esfacelamento da tradição, era também seu problema pessoal.

A princípio, as experiências a impeliram para a política, e compreender, para a autora de *Origens do totalitarismo*, significou “resistir à realidade”, atuando na militância sionista contra o totalitarismo. Em 1933, com o incêndio do Reichstag e os horrores que o seguiram, confessou Arendt em entrevista, “não achava mais que se pudesse ser um simples *espectador*”²¹. Com o julgamento de Eichmann, porém, emergiu, em sua limpidez, outra faceta dessa compreensão²²: o pensar como julgar, o espectador como metáfora do filosofar:

¹⁴ ARENDT, Hannah. “Sobre Hannah Arendt”. Trad. de Adriano Correia. *Inquietude*. Goiânia, v. 1, n. 2, ago-dez 2010, p. 160.

¹⁵ NIETZSCHE, Friedrich W. *Obras incompletas*. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 375.

¹⁶ DUARTE, André. *Hannah Arendt e o pensamento político: a arte de distinguir e relacionar conceitos*. Argumentos. Fortaleza, ano 5 n. 9. Jan-jun, 2013, p. 45.

¹⁷ TOCQUEVILLE *apud* ARENDT, Hannah. “Sobre Hannah Arendt”. Trad. de Adriano Correia. *Inquietude*. Goiânia, v. 1, n. 2, ago-dez 2010, p. 160.

¹⁸ YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997, p. 160.

¹⁹ ARENDT, Hannah. *O que é política?*. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 31.

²⁰ YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997, p. 12.

²¹ *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. Trad. Denise Bottman; organização, revisão e notas Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 34, 35; grifo nosso.

²² Não há uma evolução cronológica fixa da categoria da maneira como indicamos acima, Arendt pode usar o mesmo termo em variadas acepções ao longo de todas as suas obras. Parece-nos, porém, que fica mais clara a dimensão política da compreensão nos escritos anteriores ao julgamento de Eichmann e sua dimensão filosófica em escritos posteriores, mas admitimos que a alusão pode ser forçosa.

Há um antigo relato, atribuído a Pitágoras, sobre as pessoas que vão aos Jogos Olímpicos. E Pitágoras diz: “Um vai lá por fama e outro pelo comércio, mas os melhores sentam-se lá em Olímpia, no anfiteatro, apenas para observar”. Isto é, aqueles que *observam* atingirão enfim o fundamental de tudo isso, e essa distinção tem de ser mantida — em nome da honestidade, se não de outra coisa.²³

Diante da incapacidade de Eichmann de julgar suas próprias ações, obedecendo invariavelmente às ordens do Führer, “que eram lei”, segundo ele, Arendt destaca uma importante função do pensamento compreensivo. Neste ponto de análise a pluralidade de sentidos converge. Para a compreensão do filósofo-espectador e do homem de ação, o julgar é pressuposto.

Ao filósofo cabe julgar distanciado, como espectador; aqui, compreender é condição necessária e suficiente. O espectador, diante do horror, pode se sentir compelido a resistir, ou pode, em benefício de seu ofício, conservar o olhar distanciado. Se resiste, acrescenta ação à compreensão e se torna um agente político, se permanece como espectador, deve renunciar o discurso oracular tradicional, em que o filósofo posiciona-se como guardião da verdade.

Arendt ressalta que fronteira entre a compreensão do espectador e do político deve ser mantida em benefício de ambos. O erro frequente da filosofia reside em transportar o espectador, o filósofo, para a cena. O espectador pensa o que estamos fazendo e, ao compreender os erros políticos, perdoa, ou, diante do imperdoável, que destrói nossas experiências de pensamento, julga, e o homem de ação pensa o que estamos fazendo para resistir à tentação do catastrofismo e da inércia e encarar a realidade, seja ela qual for.

Somente os incapazes de compreender, não por perversão, mas porque não se dão ao luxo de pensar o que estão fazendo podem, irrefletidamente, como dentes de engrenagem na dialética do horror, perpetuar o mal totalitário, banal porque sem profundidade, de grandes proporções porque pode afetar a todos que se recusam a pensar.

Considerações finais

É possível depreender, das indicações do exercício de pensamento que o compreender sinaliza, que não há em Arendt uma metodologia como critério normativo para o pensamento alheio. Em todo caso, a urgência de pensar o que estamos fazendo, este exercício de pensamento que tentamos justificar explorando a riqueza semântica da expressão compreender, traz importantes implicações, que retomaremos conclusivamente.

Compreender não é exercício de erudição, apenas. Conforme Young-Bruehl, a vida de Arendt é explicada em suas obras. Podemos notar dois episódios decisivos em que o compreender adquire realidade vivencial: confrontada com o horror totalitário, Arendt destaca a compreensão como necessária para superar o catastrofismo e a paralisia e resistir à realidade, e, diante do biótipo totalitário, Eichmann, ela enfatiza a natureza antitotalitária do pensamento: só os que se recusam a pensar sobre seus atos podem perpetuar o horror totalitário.

Se também hoje os eventos expressam que a política se distancia a passos largos de seu significado, é urgente a necessidade de, mais uma vez, pensar o que estamos fazendo. Como dissemos, se neste exercício de pensamento a autora não fornece respostas prontas é porque exige do interlocutor a capacidade de pensar por si mesmo, independente de amarras ideológicas. Mais importante que os resultados do processo é o próprio exercício de pensamento. Se exercitamos esta faculdade compreensiva nos recusamos a obedecer irrefletidamente e não nos tornamos estofos de ideologias totalizantes.

²³ ARENDT, Hannah. “Sobre Hannah Arendt”. Trad. de Adriano Correia. Inquietude. Goiânia, v. 1, n. 2, ago-dez 2010, p. 126.

Referências

- AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia, Política e Ética em Hannah Arendt*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
- _____. *Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt*. Fortaleza: EUFC, 2001.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. — 12ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.
- _____. *O que é política?*. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- _____. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. “Sobre Hannah Arendt”. Trad. de Adriano Correia. *Inquietude*. Goiânia, v. 1, n. 2, ago-dez 2010.
- _____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. Trad. Denise Bottman; organização, revisão e notas Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Raehl Varnhagen: judia alemã na época do romantismo*. Trad. Antônio Trânsito e Gernot Kludasch. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BORREN, Marieke. *Amor mundi: Hannah Arendt's political phenomenology of world*. Faculty of Humanities. Amsterdam, 2010.
- DUARTE, André. *Hannah Arendt e o pensamento político: a arte de distinguir e relacionar conceitos*. Argumentos. Fortaleza, ano 5 n. 9. Jan-jun, 2013, p. 45.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Obras incompletas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- YOUNG-BRUEL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.